



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

REQUERIMENTO Nº , 2021

(Do Sr. Deputado Vanderlei Macris)

Solicito realização de audiência pública para debater os entraves na relicitação do aeroporto de Viracopos, com as participações do Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, do Secretário Nacional de Aviação Civil, Ronei Saggioro Glanzmann, do Diretor-Presidente da Anac, Juliano Alcântara Noman, e do presidente-executivo dos Aeroportos Brasil Viracopos S.A., Gustavo Müssnich.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e na forma do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), a realização de audiência pública para debater os entraves na relicitação do aeroporto de Viracopos, com as participações do Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, do Secretário Nacional de Aviação Civil, Ronei Saggioro Glanzmann, do Diretor-Presidente da Anac, Juliano Alcântara Noman, e do presidente-executivo dos Aeroportos Brasil Viracopos S.A., Gustavo Müssnich.

JUSTIFICAÇÃO

A relicitação de um dos principais aeroportos do país, o de Viracopos, em Campinas (SP), prevista para meados de 2022, tem causado grandes incertezas. A disputa entre a atual concessionária e a Agência Nacional de Aviação Civil pode ser um entrave, e matéria publicada pelo jornal Valor Econômico no dia 14 de setembro de 2021 evidencia a situação:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vanderlei Macris

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211649418900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Relicitação de Viracopos tem incertezas

Aeroporto Novo leilão deve atrair interesse, mas ainda é ameaçado por disputa entre concessionária e Anac

A relicitação do aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), prevista para meados de 2022, deverá atrair o interesse de grandes operadores internacionais. Porém, a disputa entre a atual concessionária, controlada por UTC e Triunfo, e a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) ainda pode ser um empecilho na realização do leilão pelo governo.

A nova concessão prevê investimentos de R\$ 4,2 bilhões, ao longo de 30 anos. Vencerá o leilão quem oferecera maior outorga fixa, cujo valor mínimo é de R\$ 3,45 bilhões. A consulta pública foi aberta nas últimas semanas.

O processo é fruto da devolução do contrato pela atual concessionária, a Aeroportos Brasil Viracopos (ABV). Os acionistas da empresa só concordaram em abrir mão do ativo após anos de dificuldade financeira e de disputas com o governo, a Anac e seus credores - o principal deles é o BNDES. Apesar da forte resistência, a companhia acabou por aceitar a relicitação do aeroporto e, com isso, conseguiu encerrar sua recuperação judicial, que durou de 2018 ao fim de 2020.

Hoje, a própria ABV já não pode mais acionar a Justiça contra a relicitação. No acordo firmado, a concessionária também concordou em levar as inúmeras divergências para arbitragem.

Porém, outros agentes ainda poderão questionar o processo. A companhia afirma que está em contato com políticos de Campinas para alertar sobre problemas do novo projeto. Um dos pontos criticados é que a relicitação reduz significativamente a área do aeroporto, o que irá inviabilizar projetos imobiliários previstos pela ABV - que não foram concretizados porque a União não fez as desapropriações no local.

O Tribunal de Contas da União (TCU) também poderá ser um entrave ao leilão. Recentemente, o órgão se opôs ao modelo proposto pelo governo para a indenização que será paga ao concessionário antigo, para compensar os investimentos não amortizados. O ressarcimento está previsto na lei que autoriza a relicitação.

Esse valor ainda está sendo calculado pela Anac - mas não necessariamente será aceito pela concessionária. A ideia do





CÂMARA DOS DEPUTADOS

governo é fazer o leilão e usar a outorga obtida para pagar a indenização, no valor estimado pela agência. Caso haja divergência, a questão será levada a arbitragem. Caso seja necessário um desembolso adicional, a União terá que pagar, e o novo concessionário fica isento de qualquer novo pagamento. A ideia é que o operador assuma um contrato "limpo", livre dos passivos do contrato anterior.

A expectativa de fontes a par do caso é que, no caso de Viracopos, a outorga mínima de R\$ 3,45 bilhões será mais do que suficiente para cobrir o valor estimado pela Anac, mas que a ABV certamente questionará o cálculo.

Porém, o ministro do TCU Aroldo Cedraz considerou que a situação cria incertezas, o que pode prejudicar o leilão. Portanto, afirmou que a relicitação só poderá ser realizada quando o valor da indenização apresentar "alto nível de confiabilidade". A decisão foi dada no âmbito da relicitação do aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN), vista como uma "prévia" para Viracopos.

A questão foi levantada na audiência pública do projeto, realizada ontem. No evento, representantes da Anac e do Ministério de Infraestrutura defenderam a proposta e disseram que buscarão reverter o entendimento do TCU.

Na avaliação de Ana Cândida, sócia do BMA Advogados, a indenização é hoje o grande fator de incerteza na relicitação. Porém, ela acredita que o processo será levado adiante. "O passo mais crítico era a adesão da concessionária. Com o aditivo celebrado, podemos ter um caminho mais lento ou mais expresso, mas o principal passo foi dado", afirma.

Para os interessados no leilão, a disputa é um fator de risco, diz Fábio Falkenburger, sócio do Machado Meyer. "O contrato pode até trazer uma alocação de riscos que garanta que o novo concessionário não terá que arcar com passivos, mas isso não blinda o operador de ser acionado."

A própria assinatura da nova concessão é colocada em xeque pela indefinição, avalia Felipe Es-tefan, do Souza, Mello e Torres Advogados. "A lei de relicitação é clara nesse sentido. O pagamento da indenização é condição para firmar o novo contrato", afirma.

Apesar disso, a expectativa é que, pela importância do aeroporto, o leilão seja disputado. "Os principais operadores





CÂMARA DOS DEPUTADOS

aeroportuários vão pelo menos estudar", diz Cândida. Um ponto importante, destaca Falkenburger, é que o novo contrato traz avanços de modelagem em relação à concessão da ABV, com prazos e investimentos mais adequados à realidade. Uma das mudanças que exemplifica isso: o contrato anterior exigia a construção de quatro pistas, enquanto o novo projeto prevê apenas uma segunda pista, em até 20 anos, e só se houver demanda para isso.

Procurada, a Anac diz que o valor da indenização não afeta a precificação do novo contrato e que será definido em momento posterior, "em prazo suficiente para que haja o pagamento". A ABV afirma que o novo edital de relicitação ainda deve sofrer alterações e que seria prematuro a concessionária se manifestar detalhadamente neste momento.

A audiência que ora requeremos tem o Norte maior de buscarmos solução para o caso. Normalizar a situação e assegurar segurança na relicitação para atrair o interesse de grandes operadores internacionais é crucial para o Brasil. Desta maneira, peço a compreensão dos nobres parlamentares para aprovarmos este requerimento.

Sala das Sessões, em de outubro de 2021.

Deputado VANDERLEI MACRIS

PSDB/SP

